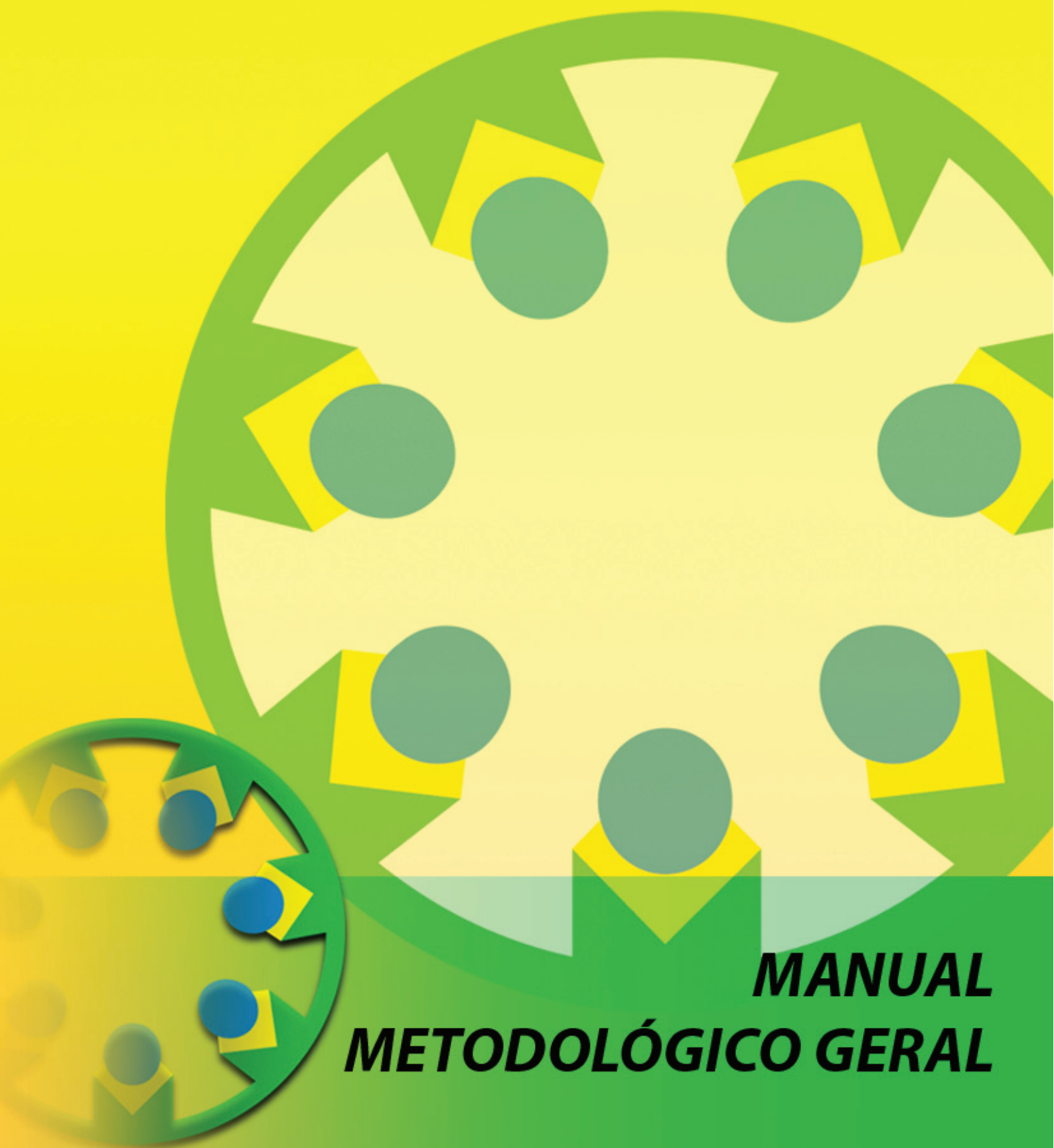


1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA



***MANUAL
METODOLÓGICO GERAL***

ÍNDICE

1. Apresentação	3
2. Escopo e limites da CONSEG	4
3. Compreendendo o processo da 1ª CONSEG	8
4. Pressupostos Metodológicos	9
5. Opções Metodológicas	10
6. Fluxograma do Processo	24
7. Modelo de Relatório	26
8. Considerações Finais	26
9. Anexo	26

1. Apresentação

Este Manual Metodológico foi elaborado para facilitar o trabalho de instituições e pessoas interessadas em organizar uma ou mais etapas integrantes do processo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, em especial das Comissões Organizadoras (Estaduais e Municipais).

Ele oferece orientações, dicas e sugestões de ordem metodológica, em consonância com as diretrizes e pressupostos estabelecidos no Projeto Metodológico Geral da 1ª CONSEG, e foi elaborado de acordo com o Regimento Interno formulado pela Comissão Organizadora Nacional (CON).

A proposta deste Manual, portanto, não é a de trazer respostas finais, mas sugerir opções e alternativas metodológicas que possibilitem integrar e inter-relacionar os produtos gerados a partir das diversas etapas integrantes da CONSEG. Desta forma, contribui para propiciar um arranjo sistêmico e coerente das contribuições apresentadas ao longo do processo, as quais ajudarão a compor o Caderno de Propostas, que será o documento orientador dos debates na Etapa Nacional.

Portanto, há espaço para inovar, criar e construir outras possibilidades metodológicas que forem mais apropriadas para cada Comissão Organizadora, à luz das suas realidades, potencialidades e desafios, e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Regimento Interno da Conferência Nacional (ver Decreto não-numerado, de 8 de dezembro de 2008, da Presidência da República e Portaria número 2.482, de 11 de dezembro de 2008, do Ministério da Justiça).

Vale lembrar que há outras maneiras de se realizar um processo de Conferência, diferentemente dos modelos já tradicionais consolidados nos últimos anos no Brasil. Por se tratar de um processo (de Conferências Nacionais) ainda recente e em consolidação no país, há inúmeras possibilidades de inovação. É nesta direção que este Manual foi elaborado e oferece opções e alternativas metodológicas.

O presente material está estruturado de forma a atender três questões centrais no trabalho das Comissões Organizadoras (e de qualquer instituição ou pessoa interessada em organizar uma ou mais etapas da 1ª CONSEG):

- 🌐 *Visualização das regras metodológicas gerais que balizam o processo como um todo – responsabilidades, procedimentos, prazos, etc – à luz do Regimento Interno e do Projeto Metodológico geral da 1ª CONSEG;*
- 🌐 *Opções metodológicas gerais para as Etapas Eletivas e Preparatórias;*
- 🌐 *Breve orientação sobre a Sistematização.*

Esperamos que as informações aqui organizadas colaborem com o trabalho das Comissões Organizadoras (Estaduais e Municipais), de instituições e pessoas interessadas em organizar etapa(s) integrante(s) da CONSEG.

O objetivo é contribuir para tornar estas etapas espaços acessíveis de encontro, interação, articulação, debates, proposição de idéias e formação de pessoas. Permitindo, de maneira democrática, que as discussões resultem em priorização de idéias-forças, as quais serão registradas sob a forma de “Princípios” e “Diretrizes” para a Política Nacional de Segurança Pública, a partir das questões levantadas pelo Texto-base da Conferência.

Para isto, é fundamental a atuação de todas as Comissões Organizadoras (Nacional, Estaduais e Municipais) em parceria com os Mobilizadores Regionais da CONSEG, com a Coordenação Executiva (ligada ao Ministério da Justiça) e demais instâncias colaborativas da Conferência.

¹ Disponível no endereço: www.conseg.gov.br/link/legislação.

² Para orientações específicas e detalhadas de cada etapa, recomenda-se acessar no portal www.conseg.gov.br os Manuais Orientadores respectivos – Manual Orientador para Conferências Livres, Manual Orientador para Seminários Temáticos, Manual Orientador para Conferências Municipais e Manual Orientador para Conferências Estaduais.

2. Escopo e limites da CONSEG

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG) inicia um processo de participação social em âmbito nacional no campo da segurança pública, envolvendo atores direta e indiretamente envolvidos na área. Dada a complexidade do tema, é importante deixar claro quais as “regras do jogo” – limites e escopo – de modo a balizar expectativas e considerando que se trata da sua edição inicial com o propósito de tornar-se permanente. Portanto, uma questão inicial relevante é quanto ao escopo da 1ª CONSEG. Essas regras vêm sendo debatidas e definidas junto à Comissão Organizadora Nacional (CON) e à Coordenação Executiva do Ministério da Justiça.

O QUE É A CONSEG:

Espaço de diálogos, debates e proposições

(deliberações) sobre a Política Nacional de Segurança Pública

Nota-se a ênfase dada ao recorte dos debates - a Política Nacional de Segurança Pública. Portanto, propostas que tiverem outro escopo (locais, municipais ou estaduais) serão desconsideradas na Sistematização para a etapa nacional. Pode-se partir das realidades locais para a proposição ser direcionada ao âmbito nacional. Além disso, o processo adota um Texto-base para orientar as discussões. Dividido em 7 Eixos-Temáticos, ele indica o espectro de temas e subtemas a serem debatidos na 1ª CONSEG.

Espaço de eleição de representantes que

levamadiante idéias/propostas aprovadas

Há dois tipos de etapas – as eletivas e as preparatórias. Somente as primeiras (municipais eletivas e estaduais) elegem representantes, em quantidades diferentes, conforme especificações do Regimento Interno. As etapas preparatórias não elegem representantes diretamente à etapa nacional, podendo, entretanto, eleger representantes para as etapas estaduais e municipais, a depender de definição prévia das respectivas Comissões Organizadoras.

Instância convocada e coordenada pelo Poder Executivo

Compete ao Ministério da Justiça, por meio da Coordenação Executiva, coordenar e executar o projeto da Conferência, em diálogo com as instâncias nacionais (Comissão Organizadora Nacional – CON e Fórum Nacional Preparatório) e estaduais (Comissões Organizadoras Estaduais – COEs).

Instância de concertação política

A concertação política dar-se-á em todas as etapas e instâncias organizativas do processo, com especial destaque para a CON e COEs, e para as etapas eletivas, sobretudo, as Estaduais.

O QUE NÃO É A CONSEG:

Espaço de deliberações sobre reivindicações corporativistas

Não serão estimuladas discussões acerca de questões específicas de determinadas organizações participantes – salários, plano de carreira, etc. A conferência não é um congresso de trabalhadores.

Espaço de denunciamentos individuais

A Conferência não é um espaço para denúncias sobre casos de violências, violação de direitos e outras práticas ilegais. Ainda que este tipo de manifestação seja legítimo, entende-se que a Conferência não é o fórum apropriado para isso.

Instância de vazão de programas máximos

A conferência é um espaço de diálogos e de idéias e propostas diferentes e, muitas vezes, divergentes. Desta forma, qualquer suposição de que um conjunto de propostas previamente definidas será totalmente aprovado na Conferência é equivocada. Será no diálogo, no debate e na concertação político-pedagógica do processo da Conferência que estas idéias serão transformadas em propostas para posteriormente serem aprovadas e priorizadas a partir de acordos possíveis no seio de cada etapa.

Espaço isento de regras (democratismo - assembléia soberana).

Sujeitos derivados e não constituintes.

Toda Conferência pressupõe um Regimento Interno com as regras, prazos e balizas do processo. Desta forma, imaginar que toda e qualquer plenária (ou assembléia) participante de etapas da Conferência é soberana, é equivocado. Há questões já enunciadas e regradas pelo Regimento Interno que, mesmo nacionalmente, orienta e pauta todas as etapas da Conferência, salvo questões muito específicas e locais. Portanto, conhecer o Regimento Interno é fundamental para saber o que pode e o que não pode ser deliberado pela plenária de cada etapa.

Espaço de debates acadêmicos

A Conferência pressupõe a participação das Universidades e de seus especialistas, estudantes e grupos de estudos. Entretanto, a Conferência não se equivale a um congresso acadêmico, pois seu escopo é diferente – mais voltado à formulação de políticas públicas a partir de um diálogo social entre desiguais (diferentes segmentos, com visões, percepções e demandas diferenciadas dos mesmos temas).

A comunicação destas regras e premissas a todos os participantes, parceiros e colaboradores da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG) é de fundamental relevância, contribuindo para alinhar expectativas e minimizar eventuais demandas projetadas sobre a Conferência. Desta forma pode-se evitar (ou amenizar) possíveis conflitos e perda de foco em questões que, de antemão, já se sabe que a Conferência não pretende debater ou estimular. Ao mesmo tempo, pode-se cumprir um papel pedagógico, na medida em que são enunciadas outras maneiras de se realizar um processo de Conferência, diferentemente dos modelos já tradicionais consolidados nos últimos anos no Brasil. Por se tratar de um processo (de Conferências Nacionais) ainda recente e em consolidação no país, há inúmeras possibilidades de inovação.

Ao se pensar na primeira edição da Conferência Nacional de Segurança Pública, há que primeiramente enunciar alguns pressupostos:

- Caráter deliberativo, ou seja, há o objetivo de promover o debate para posterior tomada de decisão com a definição de princípios e diretrizes prioritários para a Política Nacional de Segurança Pública
- Participação equilibrada entre Poder Público, Sociedade Civil e Trabalhadores da Área de Segurança Pública
- Estruturação “de baixo para cima” (conferências nos três níveis de governo)
- Percepção de um sistema descentralizado e participativo de co-gestão da política de segurança pública (com a criação, fomento e/ou reformulação de instrumentos de participação na área como, por exemplo, a reestruturação do Conasp e o estímulo aos conselhos locais – experiências exitosas no país).

Dialogando com estes quatro pressupostos pode-se destacar que:

- Caráter deliberativo não significa que a Conferência tenha o poder de ir além da sua competência (e da instituição que a coordena, no caso

o Ministério da Justiça). Portanto, a Conferência é deliberativa apenas no seu próprio âmbito. Isto, entretanto, não minimiza o “poder” da Conferência, pois as deliberações que apontem para mudanças legislativas, por exemplo, deverão ser submetidas às respectivas instâncias responsáveis, no caso o Congresso Nacional. A Conferência por si só não tem o poder de tornar suas deliberações em dispositivos legais, por exemplo. Seu caráter deliberativo está também relacionado ao peso “político” de suas deliberações, uma vez que elas serão debatidas, aprovadas e deliberadas ao longo das diversas etapas de um processo, para serem finalmente aprovadas na Etapa Nacional.

- No caso da Conferência a participação paritária foi equacionada a partir da proporção – 40% da sociedade civil - 30% do poder público e - 30% dos trabalhadores de segurança pública. Desta forma, nota-se que há um peso maior para a sociedade civil em detrimento do poder público e dos trabalhadores. É importante destacar que cada Conferência tem construído suas equações de representação, à luz das realidades das suas respectivas áreas de atuação, acúmulos em processos participativos e nível de diálogo entre governo e sociedade.
- A idéia da pirâmide ilustra bem este conceito “de baixo para cima” que a Conferência pretende construir e potencializar. Com a diversidade de etapas preparatórias previstas – Conferências Livres, Seminários Temáticos, Conferência Virtual, Projetos Especiais e Conferências Municipais Preparatórias – pretende-se alargar a base de participação, sem, no entanto, estimular uma competição desnecessária entre estas etapas e as etapas eletivas. Com as etapas preparatórias pretende-se engajar um público possivelmente mais distante de processos participativos, especialmente aqueles que envolvem momentos eletivos (de escolha de delegados/representantes).
- Alguns processos de Conferência têm buscado integrar-se a uma reformulação ou constituição de um sistema nacional para suas respectivas áreas de atuação. A idéia é aproveitar a mobilização social desencadeada pela Conferência para construir os entendimentos (políticos, sociais e de propostas) necessários à (re)estruturação do Sistema Nacional de Segurança Pública. Estes Sistemas, por sua vez, contribuem para definir um conjunto de estruturas, instâncias e mecanismos de participação e controle social de um lado, e de gestão e administração pública de outro. Nestes Sistemas, têm-se as Conferências como uma das instâncias de participação dentre outras, como os Conselhos Nacionais, Estaduais, Municipais e Comunitários.

Expostos o escopo e os pressupostos que fundamentam a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, são apresentados a seguir seus objetivos geral e específicos, conforme Regimento Interno definido pela Comissão Organizadora Nacional (CON):

Objetivos da Conferência

I – Objetivo Geral:

Definir princípios e diretrizes orientadores da Política Nacional de Segurança Pública, com participação da sociedade civil, trabalhadores e poder público como instrumento de gestão, visando efetivar a segurança como direito fundamental.

II – Objetivos Específicos:

- a) Fortalecer o conceito de segurança como direito humano;

- b) Definir as prioridades para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública, conforme os Eixos Temáticos;
- c) Contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, tornando-o um ambiente de integração, cooperação e pactuação política entre as instituições e a sociedade civil com base na solidariedade federativa;
- d) Contribuir para a implementação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI e para valorização do conceito de segurança com cidadania entre os estados e municípios;
- e) Promover, qualificar e consolidar a participação da sociedade civil, trabalhadores e Poder Público no ciclo de gestão das políticas públicas de segurança;
- f) Fortalecer os eixos de valorização profissional e de garantia de direitos humanos como estratégicos para a Política Nacional de Segurança Pública;
- g) Criar e estimular o compromisso e a responsabilidade para os demais órgãos do poder público e para a sociedade na efetivação da segurança com cidadania;
- h) Deliberar sobre a estratégia de implementação, monitoramento e avaliação das resoluções da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, bem como recomendar a incorporação dessas resoluções nas políticas públicas desenvolvidas pelos estados, municípios e outros poderes;
- i) Valorizar e promover as redes sociais e institucionais articuladas em torno do tema da Segurança Pública, bem como as iniciativas de educação pela paz e não violência;
- j) Propor a reformulação da composição do CONASP, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública e da gestão do Fundo Nacional, com base na participação e integração dos entes federativos, trabalhadores e entidades da sociedade civil.

O debate da 1ª CONSEG terá como ponto de partida (contextualização) um Texto-base, que não terá o papel de “Tese-guia”. Em outras palavras, o Texto-base não apresentará uma relação de propostas iniciais para serem emendadas nas etapas da Conferência, mas sim cumprirá um papel pedagógico ao contextualizar historicamente o tema à luz das políticas e conquistas recentes.

Terá 7 Eixos Temáticos, abaixo relacionados:

Eixos Temáticos

I - Gestão Democrática: Controle Social e Externo, Integração e Federalismo

II – Financiamento e Gestão da Política Pública de Segurança

III - Valorização Profissional e Otimização das Condições de Trabalho

IV - Repressão Qualificada da Criminalidade

V - Prevenção Social do Crime e das Violências e Construção da Paz

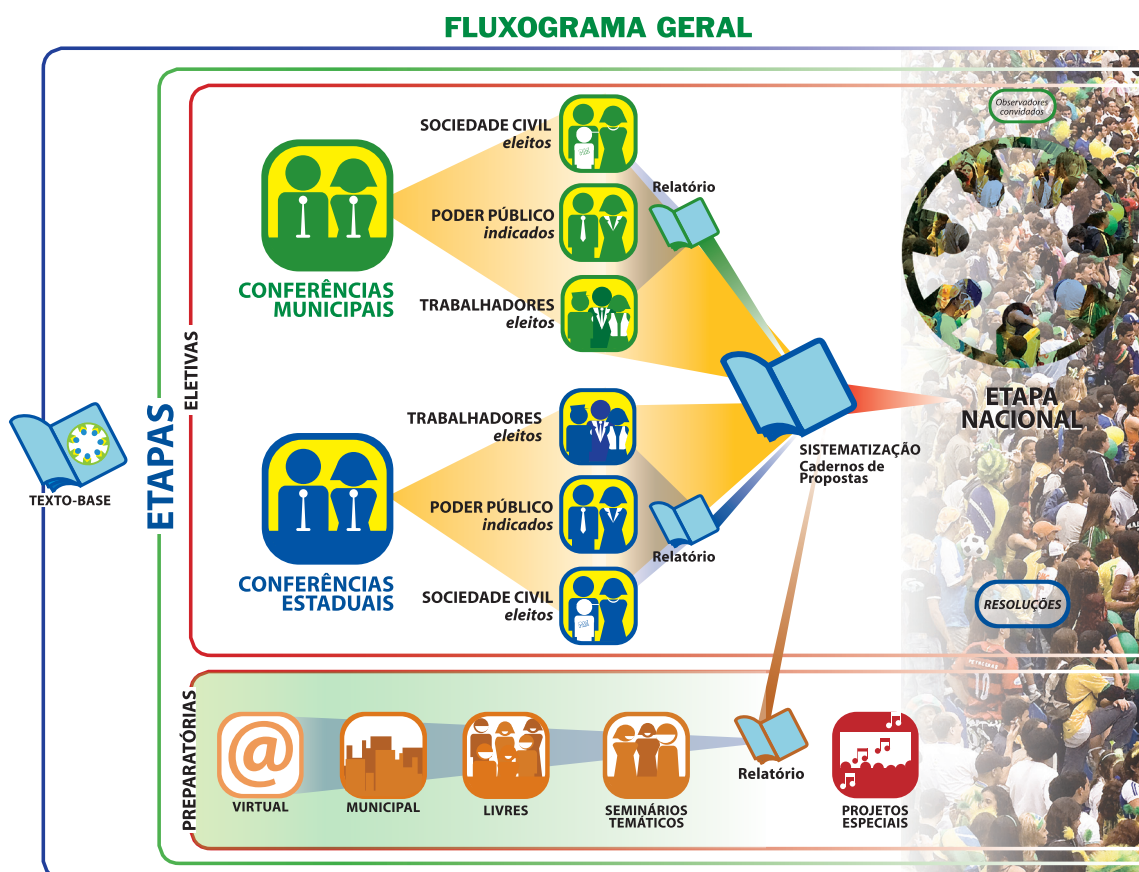
VI - Diretrizes para o Sistema Penitenciário

VII – Diretrizes para o Sistema de Prevenção, Atendimentos Emergenciais e Acidentes

3. Compreendendo o processo da 1ª CONSEG

O infograma abaixo resume todo o processo da 1ª CONSEG.

Da esquerda para a direita, inicia-se com o Texto-base, como ponto de partida e referência para todas as etapas da CONSEG. Em seguida, tem-se a divisão dos dois tipos de etapas – Eletivas e Preparatórias – com uma breve descrição de cada uma. Nas etapas eletivas têm-se as Conferências Municipais (eletivas) e as Estaduais, com os respectivos diagramas dos representantes eleitos em cada uma e seus fluxos. Finaliza-se o diagrama com a Etapa Nacional (à direita), que é precedida de uma fase de Sistematização.

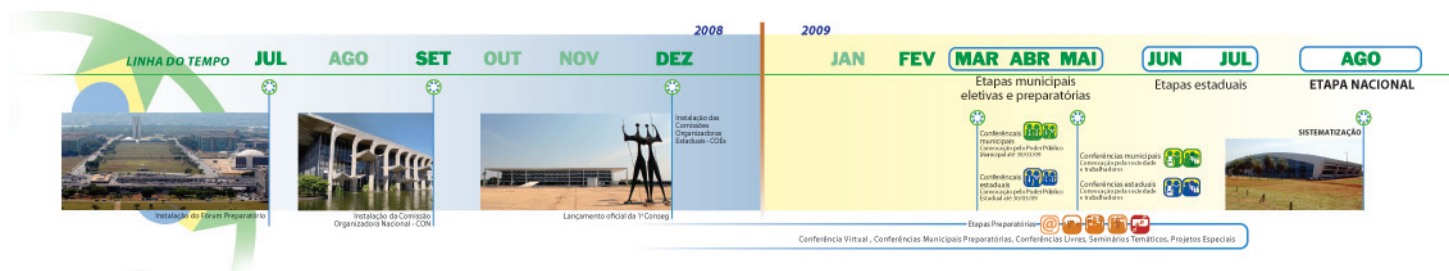


Segue a Linha do Tempo com a indicação dos prazos e momentos de cada etapa. Nota-se que as etapas estão concentradas em 2009, com destaque para:

Etapas Preparatórias, que ocorrem desde o final de 2008 até o final de julho de 2009;

Etapas Municipais, que ocorrem do início de fevereiro ao final de maio de 2009;

Etapas Estaduais, que ocorrem do início de junho ao final de julho de 2009.



4. Pressupostos Metodológicos

Alguns pressupostos orientam os aspectos metodológicos do processo da CONSEG:

- Participação dos diferentes atores envolvidos direta e indiretamente na área – representantes do poder público (dos três entes federados e dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como Ministério Público), dos trabalhadores da área de segurança pública e da sociedade civil.
- O texto-base é o documento orientador do processo. Cumpre um duplo papel de contextualizar o tema e servir de ponto de partida para o debate.
- Diversidade de etapas que compõem o processo da Conferência, todas elas gerando contribuições, sob o formato de um Relatório-padrão que será sistematizado previamente à Etapa Nacional. A adoção de um modelo padronizado de Relatório é uma premissa da 1ª CONSEG, e uma regra para validação de todas as Etapas.
- As propostas de quaisquer etapas (eletivas ou preparatórias) são destinadas e serão sistematizadas diretamente na etapa nacional.
- Estas contribuições são compreendidas em dois níveis/questões: princípios e diretrizes. Em todas elas o pressuposto da Priorização será adotado, procurando estimular os participantes a identificarem as questões mais prioritárias, de acordo com as orientações metodológicas propostas.
- Há uma clara opção pela diversidade de etapas no processo da Conferência. Elas são divididas em Etapas Preparatórias e Eletivas. Procurou-se inovar sobretudo nas etapas preparatórias, incorporando e diversificando estratégias e espaços de participação social. Um exemplo disso são as Conferências Livres, que contribuem para capilarizar o debate e incluir uma gama de segmentos pouco familiarizados com o processo tradicional de Conferências Nacionais.

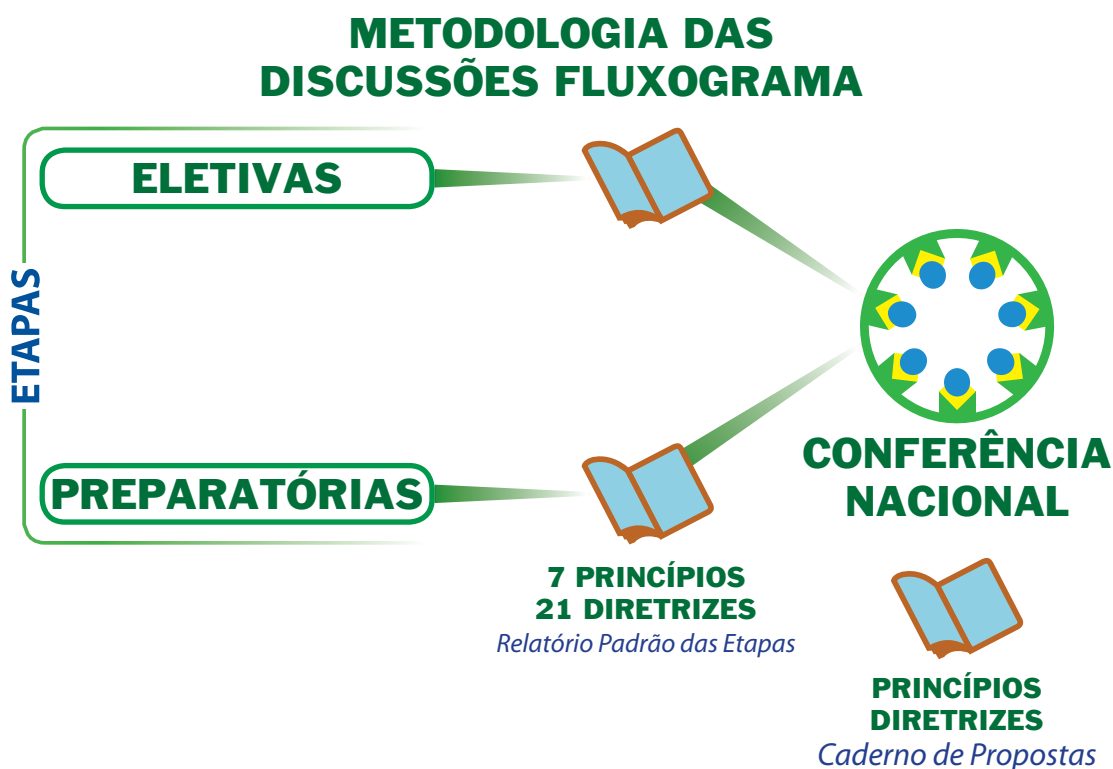
Método de eleição com inscrição de candidaturas individuais, votação entre segmentos e via cédula. Com isso, permite-se que cada participante das etapas eletivas possa escolher ser candidato e articular-se para tal, independentemente de já serem ou não lideranças reconhecidas na área. Isto possibilita o aparecimento de novas lideranças no processo, contribuindo para inovar e diversificar o espectro de representações na Conferência. O processo de votação se dará entre segmentos – sociedade civil e trabalhadores votando entre si – e representantes do poder público sendo indicados diretamente pelas respectivas instituições e referendados pela Coordenação Executiva e Comissão Organizadora Nacional, desde que tenham participado das respectivas Etapas. De um lado o processo de indicação tornam mais transparentes as regras de escolha de representantes à Etapa Nacional, uma vez que o poder público já possui legitimidade e, sobretudo, responsabilidade legal pela gestão da política pública de Segurança. Já o processo de votação entre os segmentos é importante para ampliar o diálogo e articulação entre diferentes atores inseridos na área.

Mais adiante, este Manual irá detalhar como estes pressupostos serão implementados na prática, por meio da indicação de caminhos possíveis para a realização de etapas integrantes da Conferência. É importante ressaltar que este Manual não oferece respostas finais, mas apenas aponta caminhos possíveis que podem ser adaptados às diferentes realidades de cada etapa. Entretanto, é preciso observar os pressupostos acima enunciados, pois eles consistem em premissas fundamentais para o desenvolvimento metodológico do processo da Conferência como um todo.

5. Opções Metodológicas

Neste tópico apresentaremos algumas opções metodológicas para facilitar a organização das etapas integrantes (preparatórias e eletivas) da 1ª CONSEG. Por se tratar de um Manual Metodológico Geral, estas opções são de caráter mais abrangente³. Questões específicas sobre cada etapa deverão ser consultadas em Manuais Orientadores Específicos. Trata-se de sugestões oferecidas às respectivas comissões organizadoras como forma de facilitar a preparação (o antes), a condução (o durante) e o envio dos relatórios (o depois) dessas conferências.

Iniciamos o tópico pela visualização do formato das contribuições que serão propostas a partir da leitura e discussão do Texto-base. O diagrama abaixo ilustra, de modo simplificado, uma visão sistêmica da metodologia das discussões. É importante destacar que todas as etapas da Conferência (eletivas e preparatórias) geram um Relatório⁴ contendo, cada um, no máximo 7 Princípios e 21 Diretrizes. Portanto, cada etapa integrante da CONSEG poderá gerar até 7 Princípios e até 21 Diretrizes, que consistirão nas contribuições propostas ao Texto-base, e, consequentemente, ao processo da Conferência. Todas estas proposições serão sistematizadas previamente à Etapa Nacional, gerando o chamado “Caderno de Propostas”, o qual será o documento-base a ser debatido na Etapa Nacional. Ao final da Etapa Nacional, tem-se um conjunto de Resoluções Prioritárias (Princípios e Diretrizes) aprovadas pelos representantes nacionais.



Portanto, o processo de diálogo e debate do Texto-base em todas as etapas da Conferência vai gerar contribuições em 2 níveis: Princípios e Diretrizes.

Princípios

Trata-se do nível mais amplo, abrangente e universal possível. Ele será debatido à luz do tema geral da Conferência – Segurança Pública – e, portanto, está acima dos eixos temáticos, ainda que este momento ocorra dentro do Grupo de Trabalho (por eixo temático). Na discussão dos princípios, o foco, portanto, é a “Política Nacional de Segurança Pública”.

Entende-se por princípios:

Valores que orientam uma política ou organização

Deverão ser redigidos no afirmativo, como uma sentença que expressa um valor, crença ou preceito.

Exemplos:

A segurança pública deve estar pautada na valorização dos direitos humanos.

As políticas de segurança pública devem ser transversais.

Segurança pública só se faz com cidadania e participação social.

Diretrizes

Trata-se do nível mais específico e detalhado das contribuições. O debate das diretrizes se dá no âmbito dos Eixos Temáticos da Conferência, portanto, seu foco é voltado a cada eixo.

Entende-se por diretrizes:

Algo que não é visível a “olho nu”, que não é concreto isoladamente

Algo que não depende somente de uma ação/instituição/ator

Algo que não é auto-suficiente

É uma idéia-força

Meio de implementar/desenvolver um conjunto de ações.

Exemplo:

Incrementar o sistema penitenciário nacional, aumentando sua estrutura, recursos humanos e orçamento.

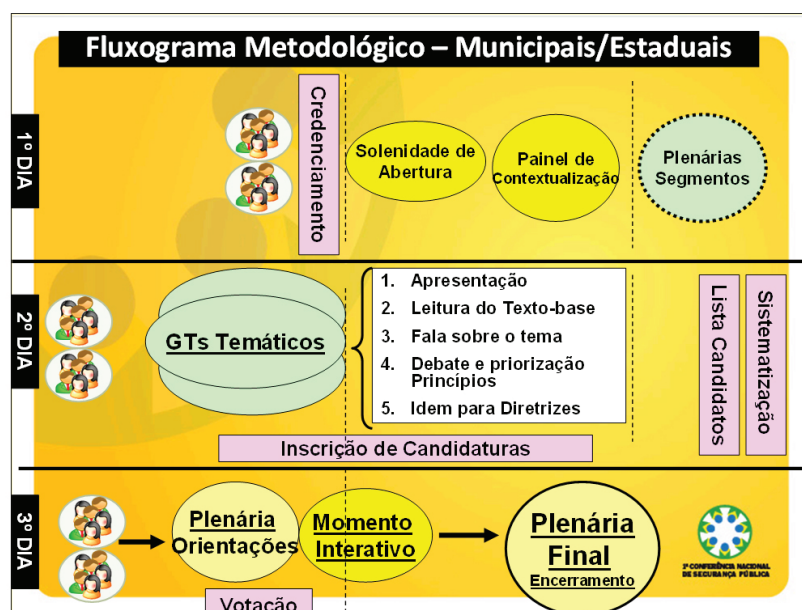
OBS: No quadro da página 16 (na descrição do funcionamento dos Grupos de Trabalho, é detalhada a metodologia propostas para a elaboração de Diretrizes)

5.1 Construindo a Programação da Conferência

Visualizado o formato das contribuições, apresentamos em seguida uma proposta de desenho metodológico base para as Etapas Eletivas (Municipais e Estaduais). Trata-se de uma proposta-base para orientar o planejamento metodológico e a definição da programação das Etapas Eletivas integrantes da CONSEG. No caso das Etapas preparatórias, algumas adaptações são apresentadas a seguir:

3 Estão previstos Manuais Orientadores específicos para as seguintes etapas: Conferências Livres, Seminários Temáticos, Conferência Virtual, Conferências Municipais e Conferências Estaduais. Em cada um deles serão apresentadas opções metodológicas específicas e detalhadas para cada etapa.

4 No item 6 deste Manual é apresentado o modelo completo do Relatório padronizado que será adotado por todas as Etapas da Conferência.



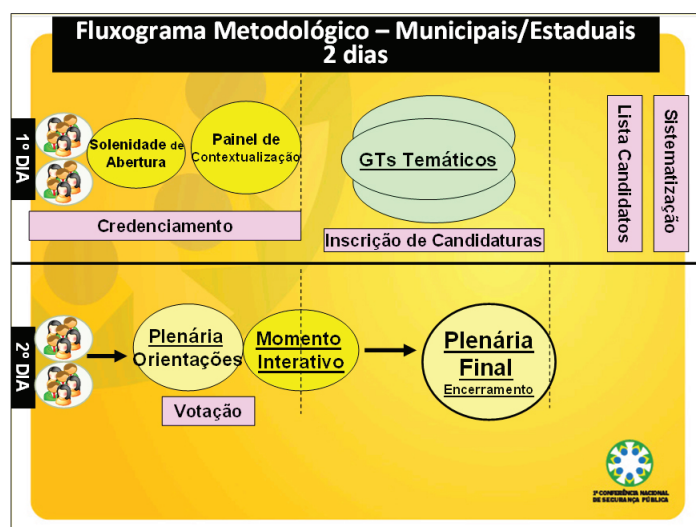
A proposta de fluxograma metodológico para as Etapas Eletivas está fundamentada nos seguintes pressupostos, os quais serão devidamente detalhados na sequência deste tópico:

- Duração mínima da programação de 2 dias e meio, podendo ser ampliado para 3 dias completos.
- Considerando a proposta apresentada no slide acima, ressalta-se que o foco do primeiro dia é no credenciamento dos participantes, na solenidade de abertura, no painel de contextualização (onde será apresentado o texto-base) e na possibilidade de realização de uma plenária dos segmentos.
- O foco do segundo dia é nos Grupos de Trabalho, que serão organizados por Eixos Temáticos e discutirão e priorizarão Princípios e Diretrizes. No caso dos Princípios o debate se dará “acima” do seu respectivo Eixo Temático e terá como foco a “Política Nacional de Segurança Pública”, considerando a parte introdutória do Texto-base. Já para as Diretrizes, o debate será orientado pelo respectivo Eixo Temático. Simultaneamente ao funcionamento dos GTs acontece a inscrição de candidaturas daqueles participantes interessados⁵ em participar do pleito para concorrer a uma vaga para representante nacional. Ao final deste dia, tem-se a lista de candidatos finalizada e divulgada no local. Ao final do dia acontece ainda a Sistematização das propostas dos GTs, bem como a preparação dos painéis para o Momento Interativo do dia seguinte.
- O foco do terceiro dia é nos momentos coletivos, iniciando com uma rápida Plenária de orientações, passando em seguida para a votação dos candidatos a representantes da Etapa Nacional (a partir da lista e da cédula-padrão oferecida pela Coordenação Executiva). Logo após, tem-se o Momento Interativo para todos os representantes valorarem (priorizarem) os Princípios e as Diretrizes debatidas nos GTs. A etapa se encerra com a Plenária Final, onde são apresentados os resultados do Momento Interativo e referendados os representantes eleitos e as prioridades da Conferência.

5 Somente poderão inscrever-se como candidatos os participantes que não forem observadores e convidados da respectiva Etapa, de acordo com o Regimento Interno.

No caso de redução da duração da Conferência para um período de 2 dias⁶, oferece-se, a seguir, um novo fluxograma metodológico que procura adaptar a proposta exposta anteriormente. Algumas observações são necessárias:

- A diferença fundamental da programação de 3 dias para a de 2 dias é que o 1º e 2º dias foram concentrados num único dia, resultando no Credenciamento, Solenidade de Abertura e Painel de Contextualização ocorrendo pela manhã; Grupos de Trabalho (GTs) e inscrição de candidaturas à tarde; e finalmente, à noite, a divulgação da lista de candidatos e a sistematização das proposições dos GTs. Orienta-se que os GTs tenham, no mínimo, um período de 4 horas para seu funcionamento – tempo mínimo para permitir que o debate em torno de um Eixo-Temático possa ocorrer de maneira satisfatória.
- O segundo dia (do slide abaixo) é basicamente idêntico ao terceiro dia da programação de 3 dias de duração. OBS: é fundamental que os GTs finalizem suas atividades no primeiro dia, de modo a permitir que a equipe de sistematização compile todas as proposições dos GTs e prepare o Momento Interativo do dia seguinte.
- Mesmo com as considerações apresentadas acima, recomenda-se um diálogo mais estreito entre a Comissão Organizadora (Municipal ou Estadual) e o mobilizador do respectivo estado onde a Conferência vai acontecer, para a identificação conjunta de outros cenários e caminhos metodológicos possíveis e viáveis para a respectiva etapa.



De forma sintética, podem-se visualizar no quadro abaixo os principais momentos da Programação de uma etapa eletiva da Conferência:

Síntese de Momentos (Programação):

1. Mesa de Abertura e Painel Contextualização – novo paradigma, políticas públicas de segurança, síntese histórica.
2. Plenária dos Segmentos
3. GTs Temáticos (grupos mistos) – debate e priorização de Princípios e Diretrizes. (De cada GT deve resultar Até 3 princípios e 7 diretrizes)
4. Eleição de Representantes
5. Momento Interativo – priorização geral (Princípios e Diretrizes)
6. Plenária Final e Encerramento

6 Para Conferências com duração inferior a dois dias inteiros, recomenda-se que a respectiva Comissão Organizadora entre em contato com a Coordenação Executiva da 1ª CONSEG, por intermédio do mobilizador regional, para orientações possíveis.

Para uma etapa preparatória (sobretudo as conferências livres) são necessárias as seguintes adaptações na síntese acima enunciada:

- supressão dos momentos 2 (Plenária dos Segmentos) e 4 (Eleição de Representantes)
- adaptações nos momentos 3 e 5. No caso dos GTs, pode-se formá-los de diversas formas, a depender do foco da Etapa. Por exemplo: pode ser realizada uma Conferência Livre para debater apenas um Eixo Temático, e neste caso, a divisão dos GTs pode ser feita a partir de sub-temas diferentes dentro do Eixo. Também pode-se optar por apenas uma plenária, a depender do número de participantes da Conferência Livre. No caso do Momento Interativo, dependendo do número de participantes e de propostas, pode-se fazê-lo de forma mais simplificada.

Vale ressaltar que serão oferecidas orientações metodológicas específicas para facilitar a preparação e a facilitação de Conferências Livres num Manual Orientador próprio, a ser disponibilizado no portal da CONSEG (www.conseg.gov.br).

5.2 Passo a passo da Programação da Conferência

A tabela abaixo apresenta os objetivos e focos de cada momento da proposta de programação oferecida por este Manual. Logo após, há uma nova tabela que procura detalhar cada momento, apresentando passos, opções metodológicas e recomendações para o seu desenvolvimento. Recomenda-se leitura atenta destas tabelas, e diálogo estreito com a equipe da Conferência, de forma a obter esclarecimentos e orientações necessárias para o entendimento adequado das questões apresentadas neste Manual. Elas são fundamentais para contribuir para um bom planejamento e preparação das Conferências Municipais e Estaduais.

Objetivos de cada Momento da Programação

<i>Momentos</i>	<i>Objetivos/Focos</i>
Solenidade de Abertura	Realizar a abertura formal da Etapa, contando com a participação de representantes de instituições locais, autoridades, parceiros, etc. Contextualizar os participantes no processo (da Conferência Nacional) a partir do diálogo com o Texto-base. <i>OBS: A Mesa de Abertura e o Painel de Contextualização podem ser realizados separadamente e de maneira subsequente.</i>
Plenária dos Segmentos	Propiciar momento de encontro, articulações e troca de experiências entre os diferentes segmentos que participam da Conferência (poder público, trabalhadores e sociedade civil). O objetivo é reunir cada segmento separadamente, para dialogarem sobre questões relativas à Conferência e sobre as opções e estratégias para a eleição de representantes.
GTs Temáticos	Momento para levantamento, discussão e priorização de propostas (Princípios e Diretrizes) a partir da leitura e diálogo com o Texto-base. Os GTs serão constituídos por participantes dos diversos segmentos (a partir da livre escolha de cada participante). É o primeiro momento de priorização das proposições. É desejável que todos os 7 Eixos-Temáticos sejam debatidos na Etapa.
Eleição de Representantes	Momento de votação dos candidatos para definição dos representantes a serem escolhidos na respectiva etapa para participarem da Etapa Nacional.
Momento Interativo	Estratégia para priorizar o conjunto de proposições que foram aprovadas nos GTs. O momento interativo é realizado de forma dinâmica e democrática, pois permite que cada participante valora as propostas que julgar mais prioritárias. É o segundo momento de priorização das proposições que saíram dos GTs.
Plenária Final e Encerramento	Momento para apresentar os resultados eleitorais e do momento interativo, leitura, diálogo e aclamação do produto final, leitura de moções. Espaço para finalizar a Etapa, com a presença de autoridades e convidados.

O quadro abaixo apresenta de forma detalhada a descrição de cada momento com a indicação de caminhos e soluções metodológicas possíveis.

		Descrição dos caminhos possíveis
	Credenciamento	<p>A proposta é que haja um sistema de credenciamento, funcionando antes mesmo do início da etapa em sistema de pré-inscrições. Desta forma, a Comissão Organizadora tem mais clareza da quantidade e do perfil dos participantes (procedência, organizações de atuação, necessidades especiais, etc).</p> <p>Na manhã de abertura da Conferência, o sistema vai confirmar o credenciamento das pessoas pré-inscritas, bem como inscrever novas pessoas (caso haja vagas disponíveis e de acordo com os critérios estabelecidos pelas Comissões Organizadoras Nacional e local). Este controle fica por conta de cada Comissão Organizadora, em função da infra-estrutura disponível.</p> <p>A Coordenação Executiva da 1ª CONSEG (Ministério da Justiça) oferecerá às Comissões Organizadoras um sistema de credenciamento padrão, com ferramentas de geração de listagens de participantes, geração de crachás e cédula de votação. Por meio deste sistema, as Comissões Organizadoras vão encaminhar o Relatório padronizado da Etapa respectiva. Portanto, a utilização do sistema é indispensável às Comissões.</p> <p>No credenciamento devem ser entregues os materiais da Conferência (texto-base, pasta, etc) e demais materiais disponíveis (bloco de anotações, canetas, materiais institucionais de parceiros, etc)</p> <p>Recomenda-se que no credenciamento os participantes já escolham o Eixo Temático de sua preferência. O sistema vai gerar a numeração dos GTs e já informar ao participante qual o GT que ele deverá participar. Vale ressaltar que é preciso estar atento à lógica de numeração dos Eixos Temáticos e dos GTs, que são distintas. Recomenda-se a seguinte lógica de numeração dos GTs: número do Eixo Temático + letra. Ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • GT 1-A, GT 1-B, GT 1-C....: terão participantes que optaram por discutir o Eixo Temático 1. A letra indica apenas que serão salas diferentes, de acordo com a capacidade máxima de participantes em cada uma. Recomenda-se que cada sala tenha no máximo 50 pessoas, de modo a facilitar o andamento da discussão. <p>Durante o credenciamento, a equipe responsável deve estar atenta à questão de gênero. Neste caso, deve-se adotar o princípio da "auto-declaração", inserindo no sistema a informação que for dada pelo participante.</p> <p>Recomenda-se que o credenciamento fique aberto durante todo o primeiro dia da Conferência, encerrando-se por volta das 19 h, isto em caso de haver disponibilidade de vagas para participantes. É importante também prever a possibilidade de o Credenciamento funcionar na manhã do dia seguinte, caso ainda haja participantes para serem credenciados e vagas disponíveis. Neste caso, é fundamental que o credenciamento se encerre até a hora do almoço, e que somente depois sejam abertas as inscrições de candidaturas, como veremos adiante.</p> <p>É importante que esse e os demais espaços físicos onde será realizada a Conferência sejam acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (tais como gestantes, obesos ou pessoas com dificuldade temporária de locomoção).</p>
	Solenidade de Abertura	<p>Para a Solenidade de abertura é importante prever a presença de autoridades (federais, estaduais, locais, etc), com falas políticas e/ou institucionais. É necessário planejar a quantidade de pessoas que estarão à mesa e suas respectivas representações, e a quantidade delas que farão uso da palavra, de modo a não tornar a abertura um ato excessivamente longo e cansativo, e ao mesmo tempo, cuidar para não deixar de fora um representante ou parceiro importante para a Conferência. É preciso buscar este equilíbrio, a partir de discussão coletiva no âmbito da respectiva Comissão Organizadora local.</p> <p>Avaliar a possibilidade do Mobilizador Regional da CONSEG estar presente na Mesa de Abertura, responsabilizando-se pela apresentação geral do processo da Conferência Nacional. Consulte www.conseg.gov.br para encontrar os contatos.</p> <p>É importante fazer o levantamento da participação de pessoas com</p>

	Solenidade de Abertura	deficiência auditiva ou visual na Conferência. Caso haja portadores de deficiência auditiva, deve-se providenciar contratação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais para que essas pessoas tenham pleno acesso ao conteúdo da abertura, das palestras, exposições, discussões de grupo e do encerramento. Caso haja portadores de deficiência visual, é necessário avaliar a possibilidade de reprodução dos materiais em Braille ou com letra maior para aqueles com visão reduzida.
	Painel de Contextualização	<p>Finalizada a Solenidade de Abertura, passa-se ao Painel de Contextualização. Seu objetivo é informar aos participantes quanto ao processo geral da 1ª CONSEG, bem como situá-los no âmbito da Etapa que está se iniciando. Além disso, o Painel deverá apresentar a todos o Texto-base da Conferência, podendo ainda iniciar uma reflexão conceitual sobre a temática de Segurança Pública, em diálogo com o Texto-base. É importante ressaltar que, na apresentação do Texto-base, recomenda-se uma ênfase maior na sua parte introdutória, que antecede os Eixos-Temáticos, já que a leitura de cada Eixo-Temático será feita nos GTs.</p> <p>O Painel cumpre, portanto, um papel político-pedagógico, informativo e formativo, na medida em que situa os participantes no processo geral da Conferência e na etapa que se inicia, bem como os conecta à discussão da temática de Segurança Pública através da apresentação e diálogo com o Texto-base.</p> <p>No aspecto informativo, pode-se realizar uma apresentação geral do processo da Conferência Nacional, bem como da programação, funcionamento e equipes organizadoras da Conferência Municipal ou Estadual. É importante que seja apresentado a todos a metodologia adotada na Etapa – divisão dos GTs, inscrição de candidaturas, publicação da listagem de candidatos, etc.</p>
	Plenária de Segmentos	<p>Este momento de diálogo entre os segmentos é optativo e sugerido como uma forma de permitir que os segmentos conversem entre seus pares de modo a se articularem para a etapa que se inicia. Esta articulação tem dois focos: 1. De conteúdo, à luz das proposições que cada segmento e organizações desejam apresentar e debater nos Grupos de Trabalho; 2. De representação, à luz da possibilidade de eleição de representantes para a etapa nacional.</p> <p>A idéia da Plenária de Segmentos é para permitir que o diálogo ocorra entre as diferentes corporações de trabalhadores, as diferentes organizações da sociedade civil e os representantes do poder público. A proposta é que cada segmento converse entre seus pares, mas nada impede de este momento também permitir que o diálogo ocorra entre segmentos diferentes, por exemplo: uma plenária entre trabalhadores e sociedade civil.</p> <p>O caráter deste momento é auto-gestionário, ou seja, não haverá uma programação oficial estabelecida para que os diferentes segmentos se encontrem. Deverão ser disponibilizados os espaços físicos necessários para que os diferentes segmentos se reúnam, mas a organização deste diálogo (controle do tempo, definição da pauta, registro, etc) ficará a cargo de cada um. Não são esperados produtos destas Plenárias, como por exemplo, um conjunto de proposições, etc.</p> <p>É importante ressaltar que não se almeja, com este momento, acirrar eventuais tensionamentos ou conflitos prévios existentes entre diferentes segmentos e/ou instituições.</p>
	Grupos de Trabalho Temáticos (GTs)	<p>Os participantes chegam ao local da Conferência e devem se dirigir diretamente às respectivas salas dos GTs. É fundamental que no credenciamento cada participante, após ter feito sua opção de Eixo Temático, já seja informado qual o número do seu GT. Desta forma, no início do 2º dia, cada participante deverá apenas localizar espacialmente onde está situada a sala do seu GT. Isto pode ser facilmente resolvido com uma boa sinalização no local e com monitores orientando os participantes para facilitar a sua chegada às salas.</p> <p>Recomenda-se que cada sala comporte, no máximo, 50 pessoas (entre participantes e equipe organizadora) e seja acessível às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Se possível, grupos com até 30 participantes é o ideal, facilitando o diálogo e a participação entre todos os seus integrantes.</p> <p>O momento dos GTs é possivelmente o período da Conferência com</p>

maior intensidade de discussão. Será o espaço onde as pessoas terão tempo para debater o Eixo Temático escolhido, a partir da leitura e diálogo com o Texto-base, bem como elaborar e priorizar os Princípios e as Diretrizes que serão os principais produtos resultantes de cada GT.

Passo a passo de funcionamento do GT:

- a. Apresentação de um Facilitador e um Relator do GT (de preferência pessoas da Comissão Organizadora, previamente capacitadas para estas funções, com bom domínio da metodologia).
- b. Rodada de apresentação dos participantes: a idéia é que seja feita uma rodada rápida de cada presente – nome e instituição.
- c. Leitura do texto-base: recomenda-se a leitura do Eixo-temático que será debatido no respectivo GT. As demais partes do Texto-base não precisam ser lidas.
- d. Fala sobre o Tema: este passo é opcional. Caso haja especialistas e convidados que tenham amplo domínio sobre o Eixo-Temático em questão, pode-se ser prevista uma fala de contextualização sobre o tema, de modo a provocar e estimular a discussão subsequente do GT. Caso a Comissão Organizadora considere que apenas a leitura do Texto-base já é suficiente para estimular o debate, pode suprimir este momento de fala sobre o tema. Caso opte por realizá-lo, é importante dimensionar bem o tempo de duração deste momento e qual o seu impacto no tempo total do GT.
- e. Proposição e priorização de Princípios: deve-se iniciar este momento a partir da seguinte pergunta: “Quais valores devem fundamentar um novo paradigma em Segurança Pública? (ou a Política Nacional de Segurança Pública)?” É importante que as idéias que forem sendo apresentadas a partir desta questão sejam visualizadas (tarjetas, quadro-branco, data show, etc). Feita uma listagem de princípios, parte-se para a sua priorização. Da relação de todos os princípios construídos pelo GT, deve-se priorizar até 3 Princípios.
- f. Proposição e priorização de Diretrizes: deve-se iniciar este momento a partir da seguinte pergunta: “Quais diretrizes propomos para o Eixo Temático em questão?” No caso das Diretrizes, que requerem uma formulação mais complexa e até certo ponto abstrata para muitos dos participantes, sugere-se as seguintes dicas e passos:

Em geral a formulação das diretrizes se dará a partir de uma formulação de ação/solução. Neste caso, parte-se de algo mais concreto, pontual e local e conduz-se esta formulação para um escopo mais amplo, “subindo” de nível e tornando-a uma Diretriz.

Exemplo:

Passo 1:

Identificar uma proposta de Ação: exemplo “Construir presídios”

Problematizá-la: “Para quê?”

Passo 2:

Rediscutir a nova formulação a partir da resposta da pergunta, tentando ampliar seu escopo

Pactuar e validar com o grupo

Passo 3:

Ajustar e aprovar redação da Diretriz

Neste caso, é importante ter claro que a redação de diretriz sempre é iniciada com um verbo no infinitivo, por exemplo:

“Incrementar o sistema penitenciário nacional, aumentando sua estrutura, recursos humanos e orçamento.”

Passo 4:

Finalizadas as redações de todas as Diretrizes propostas no GT, deve-se realizar uma Priorização das mesmas.

Há basicamente duas maneiras de realizar a Priorização: 1. Votação, ou 2. Consenso. Recomenda-se privilegiar o consenso, especialmente se houver tempo e disposição para o diálogo entre os participantes do GT. Caso contrário, pode-se partir para rápidas votações (por contagem de crachás ou contraste), lembrando que somente os participantes têm direito à voto (observadores e convidados não votam).

O GT deverá priorizar até 7 Diretrizes para o Eixo-Temático em questão.

		<p>g. Leitura final do Produto do GT, Avaliação e Encerramento: este momento é importante para todos os participantes relerem as prioridades pactuadas pelo GT. Cada GT deverá resultar, ao final das suas atividades, um máximo de 3 Princípios e 7 Diretrizes. Feita a releitura e os eventuais ajustes de redação visando tornar as proposições mais claras, parte-se para a Avaliação do trabalho do GT. Ela pode ser feita por meio de uma rodada livre de falas dos participantes, expressando suas impressões sobre o trabalho do grupo. Encerradas as falas, agradece aos participantes e finaliza-se o trabalho do GT. Neste momento é importante verificar se há informes a serem dados aos participantes, tais como local e horário do jantar, traslados, atividades culturais, etc. É fundamental informar a todos que a listagem dos candidatos está disponível nos locais previamente definidos pela Comissão Organizadora.</p> <p>h. Encerrado as atividades do GT, a equipe de relatoria e facilitação deverá copiar os arquivos com os produtos do GT e encaminha-los à equipe de Sistematização.</p>																																																		
	Inscrição de Candidaturas	<p>É importante lembrar que, enquanto estiver acontecendo os GTs, deve-se prever um espaço para inscrição de candidaturas. Este local pode ser vinculado ao credenciamento, e deve funcionar simultaneamente aos GTs, podendo ficar aberto ao longo de toda manhã e tarde. É importante que ele se encerre antes do término dos GTs, para que sejam produzidas as listagens dos candidatos inscritos em cada segmento. É fundamental que estas listagens sejam afixadas em locais visíveis e de ampla circulação antes dos participantes saírem dos GTs para o jantar. Assim, eles poderão consolidarem suas articulações em torno das suas opções de candidaturas para a votação do dia seguinte.</p> <p>O processo de inscrição de candidaturas deve funcionar da seguinte maneira:</p> <p>a. Com o local devidamente preparado e sinalizado, inicia-se seu funcionamento. É importante que esta informação seja apresentada a todos no dia anterior, no momento do Painel de Contextualização.</p> <p>b. Seu funcionamento é simples: cada participante devidamente credenciado e interessado em tornar-se candidato a representante deve dirigir-se ao local e apresentar seu crachá, um documento de identificação pessoal original e com foto, e informar qual o seu segmento.</p> <p>c. As equipes que forem operar a inscrição devem trabalhar em duas listagens – uma para Sociedade Civil e uma para Trabalhadores, conforme os modelos abaixo:</p> <div><p>LISTA DE CANDIDATOS – SOCIEDADE CIVIL</p><table><tr><th>Número</th><th>Nome Completo</th><th>Apelido</th><th>Sexo</th></tr><tr><td>1</td><td>FULANO DE TAL</td><td>Chico 10</td><td>M</td></tr><tr><td>2</td><td>CICLANA DE TAL</td><td>Dona Ziza</td><td>F</td></tr><tr><td>...</td><td>...</td><td>...</td><td>...</td></tr></table><p>LISTA DE CANDIDATOS – TRABALHADORES</p><table><tr><th>Número</th><th>Nome Completo</th><th>Apelido</th><th>Sexo</th><th>Corporação</th></tr><tr><td>1</td><td>FULANO DE TAL</td><td>Chico 10</td><td>M</td><td>M</td></tr><tr><td>2</td><td>CICLANA DE TAL</td><td>Dona Ziza</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>...</td><td>...</td><td>...</td><td>...</td><td>...</td></tr></table></div> <p>d. O preenchimento da listagem por ser facilmente realizado através de uma planilha excel, sendo uma para cada um dos segmentos acima enunciados. Note que a tabela é igual para ambos, com apenas uma coluna a mais no caso dos Trabalhadores, relativa à Corporação de cada candidato. A relação de corporações, com suas respectivas divisões hierárquicas (conforme Regimento Interno da Conferência), segue na tabela abaixo:</p> <table><tr><td>1. Agente de Polícia Civil</td><td>8. Guarda Municipal</td></tr><tr><td>2. Delegado de Polícia Civil</td><td>9. Oficial Bombeiro Militar</td></tr><tr><td>3. Praça da Polícia Militar</td><td>10. Praça Bombeiro Militar</td></tr><tr><td>4. Oficial de Polícia Militar</td><td>11. Perito Oficial de Natureza Criminal</td></tr><tr><td>5. Delegado de Polícia Federal</td><td>12. Agente Penitenciário</td></tr><tr><td>6. Agente de Polícia Federal</td><td>13. Ouvidor de Polícia</td></tr><tr><td>7. Polícia Rodoviária Federal</td><td></td></tr></table>	Número	Nome Completo	Apelido	Sexo	1	FULANO DE TAL	Chico 10	M	2	CICLANA DE TAL	Dona Ziza	F	Número	Nome Completo	Apelido	Sexo	Corporação	1	FULANO DE TAL	Chico 10	M	M	2	CICLANA DE TAL	Dona Ziza	F	F	1. Agente de Polícia Civil	8. Guarda Municipal	2. Delegado de Polícia Civil	9. Oficial Bombeiro Militar	3. Praça da Polícia Militar	10. Praça Bombeiro Militar	4. Oficial de Polícia Militar	11. Perito Oficial de Natureza Criminal	5. Delegado de Polícia Federal	12. Agente Penitenciário	6. Agente de Polícia Federal	13. Ouvidor de Polícia	7. Polícia Rodoviária Federal	
Número	Nome Completo	Apelido	Sexo																																																	
1	FULANO DE TAL	Chico 10	M																																																	
2	CICLANA DE TAL	Dona Ziza	F																																																	
...																																																	
Número	Nome Completo	Apelido	Sexo	Corporação																																																
1	FULANO DE TAL	Chico 10	M	M																																																
2	CICLANA DE TAL	Dona Ziza	F	F																																																
...																																																
1. Agente de Polícia Civil	8. Guarda Municipal																																																			
2. Delegado de Polícia Civil	9. Oficial Bombeiro Militar																																																			
3. Praça da Polícia Militar	10. Praça Bombeiro Militar																																																			
4. Oficial de Polícia Militar	11. Perito Oficial de Natureza Criminal																																																			
5. Delegado de Polícia Federal	12. Agente Penitenciário																																																			
6. Agente de Polícia Federal	13. Ouvidor de Polícia																																																			
7. Polícia Rodoviária Federal																																																				

	<p>e. A coluna “Número” pode ser preenchida no ato da inscrição de cada candidato, considerando a ordem de inscrição, ou pode ser gerada posteriormente por ordem alfabética.</p> <p>f. Em seguida, preenche-se a coluna do “Nome completo” do candidato. Após, deve-se colocar seu apelido, nome de guerra ou a forma como ele é conhecido. O importante é que os participantes tenham facilidade na identificação do candidato. Caso o candidato não tenha um apelido ou nome de guerra, deve-se deixar em branco esta coluna.</p> <p>g. Na coluna seguinte identifica-se o gênero do candidato, seguindo o princípio da “auto-declaração”. Este dado é importante pois ele vai permitir que seja viabilizada a cota de 30% de gênero, prevista na Conferência.</p> <p>h. Finalmente, na tabela dos Trabalhadores, identifica-se qual a corporação do candidato, conforme o quadro acima. São 13 as opções e esta informação é obrigatória, pois as vagas de representantes previstas na Conferência são distribuídas nestas 13 categorias. Caso alguma das 13 categorias não apresente candidatos na Etapa, esta representação ficará em aberto, não podendo ser preenchida por outra categoria ou segmento.</p> <p><i>OBS: No caso de Conferências Municipais, a listagem dos Trabalhadores ficará exclusivamente restrita à inscrição de candidatos da Guarda Municipal. As demais categorias não poderão inscrever candidatos na Etapa Municipal, apenas na Etapa Estadual. Para orientações mais específicas, recomenda-se consultar Resolução específica da Comissão Organizadora Nacional, bem como Manual Orientador para as Etapas Municipais.</i></p> <p><i>OBS: No caso de Poder Público, tanto em Etapas Municipais quanto Estaduais, não há inscrição de candidaturas, pois os representantes deste segmento serão indicados ao invés de eleitos na etapa.</i></p>								
Sistematização	<p>Encerrada a inscrição de candidaturas, consolidam-se as duas listagens: a da Sociedade Civil e a dos Trabalhadores, e as quais deverão ser afixadas e amplamente divulgadas antes do término dos GTs.</p> <p>Encerradas as atividades nos GTs, a equipe de sistematização entra em atividade para organizar os produtos de cada GT.</p> <p>Objetivo: sistematizar Princípios e Diretrizes produzidos nos GTs, agrupando e unificando propostas semelhantes e organizando os conteúdos nos Eixo-Temáticos.</p> <p>Este momento deve, também, preparar o Momento Interativo que ocorre no dia seguinte. Para isso, a equipe de sistematização e a Comissão Organizadora deverão providenciar um envelope (ou pasta), por participante, contendo: 1) cópia impressa com todos os Princípios e Diretrizes sistematizados, e 2) 10 bolinhas adesivas para priorização.</p> <p>Em seguida, esta equipe deverá montar os painéis onde estarão afixadas os Princípios e as Diretrizes que serão trabalhados no Momento Interativo do dia seguinte. Para se ter uma idéia do resultado da sistematização, serão gerados 8 Produtos com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 listagem com os Princípios priorizados nos GTs e sistematizados. 1 listagem com as Diretrizes priorizadas nos GTs e sistematizadas para cada Eixo-Temático. <p>Tem-se então 8 Listagens (um com Princípios e uma para cada um dos sete Eixos Temáticos), conforme um exemplo abaixo:</p> <p style="text-align: center;"><i>Eixo X – NOME DO EIXO</i> <i>Relação de Diretrizes Priorizadas e Sistematizadas</i></p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th>Número</th><th>Diretrizes</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td><td>Nononom,</td></tr> <tr> <td>2</td><td>Blábláblá</td></tr> <tr> <td>...</td><td>...</td></tr> </tbody> </table> <p>Estas listagens serão transformadas em dois formatos de produtos: 1. Tabelas para serem fotocopiadas para os participantes, 2. Painéis para servirem de suporte ao Momento Interativo. O conteúdo de ambos os produtos é o mesmo, a diferença se dá apenas no tamanho da letra e na organização de cada um. Os painéis deverão ser organizados de forma a permitir que cada Princípio e cada Diretriz sejam impressos numa folha A4, com letra grande e acompanhada do seu respectivo número. Um terceiro formato destas listagens é uma Planilha em Excel com todas as propostas organizadas por Eixos, de forma a facilitar a contabilização da apuração do Momento Interativo, conforme será descrito mais adiante.</p>	Número	Diretrizes	1	Nononom,	2	Blábláblá
Número	Diretrizes								
1	Nononom,								
2	Blábláblá								
...	...								

		<p>Este momento tem como objetivo orientar a plenária quanto ao funcionamento dos momentos seguintes da programação: Votação dos Representantes e Momento Interativo.</p> <p>Deve-se, portanto, cumprir o papel de apresentar de forma didática e clara a todos os participantes como funcionará o sistema de Votação e o Momento Interativo, pactuar os horários de início e término de cada momento, entregar os materiais necessários e conduzir os participantes aos locais de Votação.</p> <p>Apresentados os esclarecimentos e informações necessárias ao andamento destas duas atividades – Votação e Momento Interativo – os participantes dirigem-se aos locais de Votação. É importante que haja uma estrutura de votação compatível ao número de participantes da etapa e ao número de integrantes da equipe organizadora, tendo em vista a posterior contagem e apuração dos votos.</p>																				
	Votação	<p><i>Votação: é importante que em cada mesa de votação esteja disponível a seguinte estrutura:</i></p> <p>Lista completa dos participantes credenciados na etapa, com suas respectivas categorias. Por exemplo, participantes da categoria “Observadores” e “Convidados”, conforme previsto no Regimento Interno, não têm direito a voto.</p> <p>Cada participante deve dirigir-se a uma das mesas, identificar-se por meio do crachá e de um documento de identificação com foto, assinar a listagem e receber a cédula para votação. A cédula é padronizada nacionalmente e será fornecida pelo Ministério da Justiça, a fim de evitar eventuais fraudes ou questionamentos. É importante que seja feita alguma marca (carimbo, rasura, etc) no crachá de cada participante que já tiver retirado sua cédula, a fim de evitar que pessoas possam votar mais de uma vez.</p> <p>Retirada a cédula, o participante deverá preenchê-la e depositar nas urnas disponíveis. É importante que as listagens de candidatos estejam afixadas em locais próximos para facilitar neste momento e esclarecer eventuais dúvidas que os participantes possam ter acerca do seu candidato.</p> <p><i>Como votar?</i></p> <p>Votam somente os participantes credenciados dos segmentos “Sociedade Civil” e “Trabalhadores”. Participantes do “Poder Público”, que serão indicados conforme o Regimento Interno da CONSEG, não votam nos demais.</p> <p>Dentre os Votantes (Trabalhadores e Sociedade Civil) os votos devem ser feitos de forma intra e intersegmentos, ou seja, um participante dos Trabalhadores deverá votar em candidatos do seu segmento e também da Sociedade Civil, e vice-versa.</p> <p>A cédula terá um formato semelhante ao apresentado a seguir. Em cada uma das linhas o votante deverá preencher o número e/ou o Nome (ou apelido) dos seus candidatos, tanto os da Sociedade Civil, quanto dos Trabalhadores. Note que ele terá que votar em três pessoas dos Trabalhadores e em três da Sociedade Civil. É importante observar o detalhamento das regras de votação em Resolução específica da Comissão Organizadora Nacional.</p> <table><tr><td></td><td>TRABALHADORES</td></tr><tr><td>Número</td><td>Nome completo do(a) Candidato(a)</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td>SOCIEDADE CIVIL</td></tr><tr><td>Número</td><td>Nome completo do(a) Candidato(a)</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>		TRABALHADORES	Número	Nome completo do(a) Candidato(a)								SOCIEDADE CIVIL	Número	Nome completo do(a) Candidato(a)						
	TRABALHADORES																					
Número	Nome completo do(a) Candidato(a)																					
	SOCIEDADE CIVIL																					
Número	Nome completo do(a) Candidato(a)																					
	Momento Interativo	<p>O Momento Interativo tem como objetivo propiciar a priorização do conjunto de Princípios e Diretrizes produzidos e aprovados nos GTs e posteriormente sistematizados. Ele ocorre de forma de-</p>																				

Momento Interativo (continuação)

mocrática, descontraída e dinâmica, pois cria um ambiente favorável ao diálogo e à articulação entre os participantes com foco no conteúdo das proposições geradas nos GTs.

Como funciona?

Os participantes receberam as 10 bolinhas adesivas, e deverão distribuí-las nos Princípios e Diretrizes que consideram mais relevantes e que, portanto, merecem constar entre os mais prioritários da Conferência.

O primeiro passo é circular pelos painéis para visualizar o conjunto dos Princípios e das Diretrizes debatido e aprovado nos GTs (e sistematizado). Este exercício de visualização e leitura, por sua vez, já é revestido de uma série de diálogos e articulações em torno de proposições polêmicas, urgências, etc. Alguns grupos vão orientar seus integrantes a buscar convencerem o maior número possível de participantes para ganhar algumas bolinhas em proposições que consideram mais relevantes. Cada adesivo colado numa proposição equivale a um ponto.

As únicas regras para este momento são as seguintes:

- Cada participante poderá colar no máximo 3 bolinhas num único Princípio ou Diretriz. Esta é uma estratégia para diversificar o olhar e análise de cada participante, abrindo um canal de diálogo e de articulações com os demais.
- Não se pode retirar adesivos já colados, ou fazer qualquer rasura no Painel.

Sendo observadas estas regras, o Momento Interativo funcionará de forma adequada.

Ao final de um tempo previsto e informado para a Plenária (no momento 8), encerra-se o Momento Interativo. Sugere-se que o momento interativo dure em torno de 2 horas e que ele se encerre antes do início do almoço.

Para encerrá-lo, algumas dicas importantes:

- É importante algum sistema de som (megafone, sistema de sonorização do ambiente, etc) para ir informando os participantes sobre o tempo restante da atividade. Por exemplo: "restam 15 minutos...", "restam 10 minutos", e assim por diante.
- Ao final do tempo previsto, deve-se providenciar um isolamento na área onde se encontram os Painéis do Momento Interativo. Pode-se utilizar o sistema de fitas zebreadas ou algo semelhante, de forma que fique circulando na área interna dos Painéis apenas a equipe organizadora responsável pela contabilização dos resultados.
- Os participantes terão acesso visual a esta apuração e poderão eventualmente colaborar neste sentido (Ex: uma bolinha adesiva passou despercebida numa proposta, e alguém pode chamar atenção da equipe de apuração).

Como apurar?

Recomenda-se que a equipe organizadora da respectiva Etapa se divida para ganhar tempo. Atuar em duplas é importante para evitar eventuais erros na contagem.

Importante: Não se trata de uma sistematização, mas somente uma Apuração, com a contagem do número de "pontos" que cada Princípio e cada Diretriz receberam. Neste momento, não se mexe no conteúdo e na redação destas propostas, por mais que se constate que, eventualmente, alguma possa ser melhor redigida.

Cada dupla fica responsável pela apuração de um Painel. Começa contando o número de pontos (bolinhas adesivas) de cada proposta. Ao se efetuar a contagem de cada ponto, deve-se ir fazendo uma marca de caneta esferográfica neste adesivo, registrando que o mesmo foi devidamente contabilizado. Ao final da contagem anota-se com pincel atômico (com números grandes) os pontos que a proposta obteve.

	Momento Interativo (continuação)	<p>Na medida em que a apuração for avançando, uma parte da equipe pode ir registrando numa planilha em excel os resultados, de forma a agilizar o Ranking final que será apresentado na Plenária.</p> <p>Esta planilha em excel é gerada no trabalho de Sistematização, realizado na noite anterior e descrito no Momento 7.</p> <p>Finalizada a apuração e a inserção dos resultados na Planilha, deve-se realizar um Ranking final dos 7 Princípios com maior pontuação e as 21 Diretrizes com maior pontuação.</p> <p><i>OBS: Os 7 Princípios mais pontuados vão para a plenária. Caso haja empate, deve-se levá-los à Plenária. Ex: Há três princípios empatados na sétima posição com 35 pontos cada um. Neste caso, levam-se os três (em sétimo lugar) para a Plenária decidir.</i></p> <p><i>OBS: Já com relação às 21 Diretrizes deve-se considerar:</i></p> <p>A. Uma Diretriz mais pontuada de cada Eixo-Temático. Desta forma, contempla-se, pelo menos, uma Diretriz de cada Eixo na priorização da etapa, considerando que contemplar todos os Eixos é relevante para dar base à Política Nacional de Segurança Pública. Se os 7 Eixos forem discutidos na Etapa, logo este exercício resultará em 7 Diretrizes.</p> <p>B. As demais (cuja soma deve chegar a 21) são identificadas através do Ranking geral das diretrizes, descontando aquelas já contempladas no passo anterior. Caso haja algum empate nas últimas posições, adota-se o mesmo procedimento dos Princípios.</p>
	Plenária Final	<p>O modelo adotado de Plenária Final segue um foco um pouco diferenciado das tradicionais Plenárias de Conferências. No nosso caso não será necessário votar cada um dos Princípios e das Diretrizes aprovados nos GTs, pois o Momento Interativo já cumpriu em boa medida este papel. A Plenária tem, portanto, 3 objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visualizar o conjunto de Princípios e Diretrizes priorizado e votar apenas os empates • Conhecer o resultado da Eleição de representantes: quem foram os representantes eleitos em cada segmento. No caso dos representantes do Poder Público (que são indicados) sugere-se que seja feita a leitura da relação dos representantes deste segmento (nome e instituição de cada um), de modo que a Plenária saiba quem são. Recomenda-se ainda que todos os eleitos e indicados sejam chamados à frente da Plenária para que todos os visualizem e reconheçam enquanto interlocutores que representarão aquela Conferência no Evento Nacional em Brasília. • Aprovação de Moções e demais questões pendentes. • É importante que antes do Encerramento da Etapa, seja feita uma leitura final dos 7 Princípios e das 21 Diretrizes aprovadas na Etapa. • É fundamental que todos os representantes eleitos e indicados na Etapa preencham o formulário disponível no Modelo de Relatório Padrão das Etapas (no bloco IV do Relatório consta um formulário com os dados requeridos e obrigatórios). Representantes cujos dados estejam incompletos ou faltando, terão sua participação prejudicada e até mesmo inviabilizada no Evento Nacional. A responsabilidade do adequado preenchimento destes Formulários, bem como do Relatório da Etapa, é integralmente da Comissão Organizadora Local.
	Encerramento	<p>Mesa de encerramento com a presença de autoridades. Falas de agradecimento. Deve-se responsabilizar os representantes eleitos e indicados com as propostas priorizadas.</p> <p>Pode-se realizar alguma atividade cultural de encerramento.</p>

6. Fluxograma do Processo

Os dois níveis de contribuições do processo da 1ª CONSEG – Princípios e Diretrizes – serão colhidos ao longo de todas as etapas integrantes da Conferência – eletivas e preparatórias – e terão como orientação base os Fluxogramas seguintes.

O primeiro fluxograma apresenta uma visão geral do processo, incluindo os fluxos de propostas (conteúdo) e de representantes. Algumas questões merecem ser destacadas:

- Em todas as etapas (eletivas e preparatórias) – primeira coluna do esquema – o Texto-base é o ponto de partida dos debates. Ele deverá ser discutido em todas elas, de variadas maneiras, mas não pode ser descartado *a priori*.
- Em todas estas etapas, sai como produto mínimo o Relatório padronizado⁷ com o registro das propostas e do debate da respectiva etapa.
- Em algumas etapas, outros produtos serão gerados além do Relatório. Cada Seminário Temático vai gerar um Caderno Temático e os Projetos Especiais vão gerar diversos outros produtos – mostra de vídeos, músicas, poesias, ilustrações, e expressões em outros formatos e linguagens.
- A etapa de Sistematização é centralizada no âmbito nacional, ou seja, todos os Relatórios padronizados das etapas serão sistematizados pela Coordenação Nacional da Conferência e não pelas Comissões Organizadoras Estaduais (COEs). Portanto, não há fluxo de Relatórios para os estados e municípios, apenas para a Coordenação Nacional. Isto gera, por um lado, um volume maior de relatórios para a sistematização, e por outro, uma maior uniformização da mesma.
- O produto gerado na fase de sistematização é denominado “Caderno de Propostas” que, por sua vez, é a base das discussões da Etapa Nacional. O Caderno vai agrupar as propostas contidas nos Relatórios de todas as etapas a partir dos critérios de semelhança e recorrência, apresentando o seguinte registro (meramente ilustrativo):

Número	Proposta (Diretriz ou Princípios)	Origem
1	Incrementar o sistema penitenciário nacional, aumentando sua estrutura, recursos humanos e orçamento.	ST 1-2; LV 34-3; LV 45-2; MG 3; RN 4

Explicando o quadro acima:

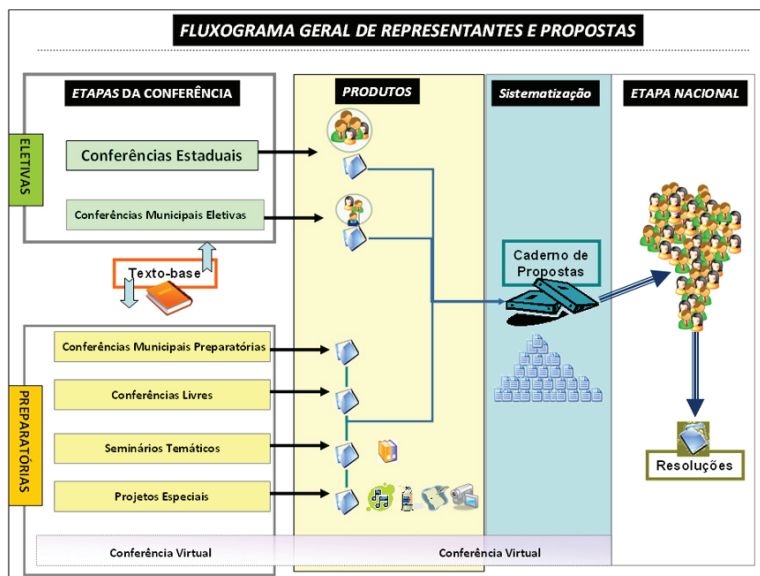
- A numeração será sequencial, da proposta (diretriz ou princípio) mais recorrente para a menos, dentro de cada eixo temático da Conferência.
- A redação empregada na coluna “Proposta” será uma síntese de todas as propostas semelhantes, registradas na última coluna “Origem”.
- Na “Origem” têm-se algumas siglas e códigos que vão permitir identificar quais etapas que propuseram contribuições semelhantes a esta proposta. A proposta de padronização das siglas e da sua numeração será a seguinte:

Etapa	Sigla	Lógica de Numeração
Conferência Estadual	Da UF (ex: SP, MG, RN, etc)	O primeiro número logo após a sigla refere-se à etapa em questão. Todas as etapas serão numeradas sequencialmente na medida em que seus relatórios forem entregues à Coordenação Executiva. A segunda sequência de números refere-se à numeração das propostas do relatório. Ex: MN-3-4 Refere-se à Conferência Municipal 3, quarta proposta.
Conferência Municipal (eletiva e preparatória)	MN	
Conferências Livres	LV	
Conferência Virtual	VT	
Seminários Temáticos	ST	

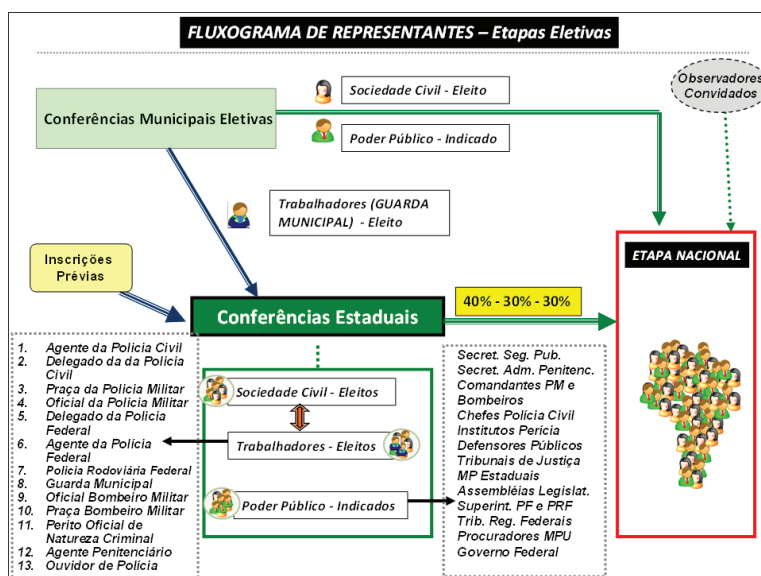
⁷ No anexo deste Manual encontra-se disponível o modelo de Relatório padrão para as Etapas.

O processo de Sistematização será mais detalhado posteriormente, a partir de definições da Coordenação Executiva e da Comissão Organizadora Nacional. As questões aqui apresentadas têm como objetivo introduzir as linhas gerais da sistematização que será adotada no processo da CONSEG.

Segue abaixo o Fluxograma geral de representantes e propostas de todo o processo da Conferência, já explicado anteriormente.



O próximo diagrama apresenta o fluxograma de representantes das Etapas Eletivas da Conferência.



Vale ressaltar no diagrama acima os seguintes aspectos:

- Os representantes estão divididos em três segmentos – sociedade civil, trabalhadores da área de segurança pública e poder público.
- A proporção base adotada é a de 40% - 30% - 30%, respectivamente.
- De cada Conferência Municipal Eletiva saem 2 representantes diretamente para a Etapa Nacional: um da sociedade civil e um do poder público. A forma de definição destes representantes se dá de maneira diferente: a do poder público se dá a partir de indicação e a da sociedade civil por meio de eleição (na etapa). Além destes 2 representantes, cada Etapa Municipal Eletiva também terá o direito de enviar um representante dos trabalhadores para a Etapa Estadual. Este representante deverá ser necessariamente um componente da Guarda Municipal. Este representante passará por uma nova votação na Etapa Estadual.
- De cada Conferência Estadual saem representantes dos 3 segmentos – sociedade civil, trabalhadores da área de segurança pública e poder público. A quantidade é variada para cada estado, estabelecida a partir de critérios populacionais⁸. Como se vê no diagrama, a sociedade civil e os trabalhadores vão eleger-se entre si, a partir dos respectivos participantes que se inscreveram como candidatos na Etapa Estadual. No caso dos trabalhadores, o diagrama acima traz uma relação das 13 diferentes categorias que terão sua quantidade de representantes escolhida na etapa, de maneira equitativa. No caso do poder público, os representantes das organizações também relacionadas no diagrama acima serão indicados formalmente ao Ministério da Justiça, a partir de comunicação oficial que será feita no momento oportuno. Estes, portanto, não serão eleitos na Etapa Estadual, mas apenas referendados pela mesma. Seus respectivos representantes deverão, portanto, participar ativamente da Etapa Estadual.
- O plenário da Etapa Nacional será composto pelos representantes que “saem” diretamente das Etapas Municipais Eletivas e pelos representantes eleitos e indicados nas Etapas Estaduais. É ainda acrescido um reduzido número de observadores e convidados, e desta forma tem-se a composição final do Plenário da Etapa Nacional.

7. Modelo de Relatório

Será utilizado um modelo padronizado de Relatório (disponível no Anexo deste Manual) para todas as etapas da Conferência – preparatórias e eletivas. Ele é composto de 5 Blocos, reunindo diferentes tipos de informações e dados:

Bloco 1: Dados da Etapa

Bloco 2: Propostas

Bloco 3: Lista de Presença

Bloco 4: Lista de Representantes Eleitos

Bloco 5: Anexos

A padronização dos Relatórios e o seu sistema informatizado de recebimento compõem uma estratégia fundamental para facilitar e viabilizar a Sistematização das propostas no tempo que é destinado a esta tarefa (cerca de 20 dias). Desta forma, Relatórios de etapas que não forem encaminhados no Modelo proposto não serão considerados na sistematização. Por isso, recomenda-se que o Modelo de Relatório seja adotado integralmente, e caso haja dúvidas quanto ao seu pre-

⁸ Estes dados constam no Regimento Interno Nacional, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11869.htm

enchimento, que as mesmas sejam prontamente encaminhadas aos integrantes da equipe da Coordenação Executiva da CONSEG.

8. Considerações Finais

Este Manual apresenta as diretrizes gerais da metodologia a ser adotada no processo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e o fluxograma das propostas geradas pelas Etapas. Oferece também caminhos, opções e dicas metodológicas de modo a facilitar o trabalho das Comissões Organizadoras no planejamento, organização e implementação de Conferências.

Evidentemente novas questões emergirão a partir do início de realização das Etapas exigindo novos detalhamentos e novas definições metodológicas, que serão oferecidas pela Coordenação Executiva e, em alguns casos, pelas Comissões Organizadoras Locais, de acordo com a necessidade, a partir das orientações oferecidas por este Manual.

9. Anexo

Orientações para preenchimento

Este é o Relatório-padrão para todas as etapas integrantes do processo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG). Para que seja possível sistematizar as contribuições de todas as etapas, é fundamental que este Relatório seja integralmente preenchido conforme os campos previstos.

De acordo com o Regimento Interno da CONSEG, o prazo para envio do Relatório de cada etapa é de até 7 (sete) dias após a sua realização, sob a pena de o mesmo não ser incorporado no processo de sistematização.

Para enviar as informações contidas neste Relatório é necessário acessar o site www.conseg.gov.br e realizar o preenchimento em formulário específico diretamente no site. Não serão aceitos Relatórios impressos enviados por carta, fax ou entregues pessoalmente.

Dúvidas, escreva para: conferencia@mj.gov.br

Anexo

Modelo de Relatório Final das Conferências Livres

Bloco I – Dados da Etapa

1. Marcar com um “X” o tipo de Etapa realizada:

<input type="checkbox"/>	Seminário Temático
<input type="checkbox"/>	Conferência Livre
<input type="checkbox"/>	Conferência Municipal Eletiva
<input type="checkbox"/>	Conferência Municipal Preparatória
<input type="checkbox"/>	Conferência Estadual

2. Informar os locais e data de realização da Conferência:

Data: _____

UF: _____

Município: _____

Local: (ex: nome do espaço onde aconteceu a etapa)

3. Anexar lista completa dos participantes da Etapa:

4. Listar as organizações que coordenaram a Etapa:

5. Dados do responsável pelo preenchimento deste relatório:

a. Nome completo: _____

b. Organização: _____

c. E-mail: _____

d. Telefones (com DDD): _____

Bloco II – Propostas

1. Breve descrição analítica da Etapa:

Exemplo:

A Conferência Livre da Associação Pró-Cidadania foi iniciada com uma mesa redonda que contou com a presença do presidente da Associação e de um representante da prefeitura (assessor do Prefeito), que parabenizaram pela iniciativa e comentaram sobre a relevância do debate sobre segurança pública.

Em seguida foi realizada uma palestra do Prof. Fulano de Tal, da Universidade XXX, que fez uma breve explanação do Texto-base da Conferência, agregando questões locais de Segurança Pública.

Os participantes foram então divididos em grupos (por eixos temáticos) e passaram ao debate de cada tema e à construção das contribuições.

Ao final, cada grupo apresentou aos demais as suas proposições e em plenária todos debateram e priorizaram as contribuições que seguem neste Relatório.

A avaliação da Conferência Livre foi positiva, uma vez que contou com uma participação ativa de lideranças comunitárias locais envolvidas com a questão da segurança pública. Ao final os participantes pediram que iniciativas como estas pudessem ocorrer com mais frequência na comunidade e pediram atenção no encaminhamento das suas propostas.

2. Informar como o Texto-base foi utilizado na Etapa

3. Preencher a relação de Princípios priorizados no final da Etapa

<i>Ordem de prioridade</i>	<i>Princípios</i>
1	_____
2	_____
3	_____
4	_____
5	_____
6	_____
7	_____

4. Preencher a relação de Diretrizes priorizadas no final da Etapa

<i>Ordem de prioridade</i>	<i>Diretrizes</i>	<i>Informar o número do Eixo Temático relacionado</i>
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		

5. Breve avaliação da Etapa

[illegible]

Bloco III – Lista de Presença

Preencher os campos relacionados na tabela abaixo, relativa aos participantes da Etapa. Deve-se inserir quantas linhas forem necessárias para o completo preenchimento da tabela.

Lista de Presença Modelo

<i>Nº</i>	<i>Nome completo</i>	<i>Instituição que atua/Cargo</i>	<i>Estado e Município de residência</i>	<i>Telefone (com DDD)</i>	<i>E-mail</i>
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					

Bloco III – Lista de Presença

As etapas preparatórias não devem preencher este bloco. Neste caso, favor pular este bloco e ir direto ao Bloco V (Anexos).

O preenchimento deste Bloco IV é restrito às Etapas Eletivas da Conferência (Municipais Eletivas e Estaduais) e os dados solicitados devem ser integralmente preenchidos sob a pena de os representantes não serem validados pela Comissão Organizadora Nacional.

Cada representante eleito(a) na Etapa deverá preencher o Formulário seguinte.

FORMULÁRIO DE REPRESENTANTE ELEITO(A)

DADOS PESSOAIS

NOME COMPLETO _____

Nº IDENTIDADE _____ Órgão Expedidor _____ CPF _____

NOME DA MÃE _____

DATA NASCIMENTO _____ NATURALIDADE _____

LOCAL DE TRABALHO _____ CARGO/FUNÇÃO _____

EMAIL (pessoal ou institucional) _____

ENDEREÇO DE CONTATO

Rua _____ BAIRRO _____

CIDADE / UF _____ CEP _____

TELEFONE P/ CONTATO (com DDD) () _____ FAX () _____ CELULAR (com DDD) () _____

DADOS BANCÁRIOS

NOME / CÓDIGO DO BANCO

AGÊNCIA

CONTA CORRENTE

AEROPORTO DE EMBARQUE

INFORMAÇÕES PESSOAIS

É portador de alguma deficiência?

SIM___ NÃO___

Se SIM, favor informar qual: _____

Tem necessidade de acompanhante?

SIM___ NÃO___

Possui alergia a algum medicamento?

SIM___ NÃO___

Se SIM, informar qual: _____

Possui alguma restrição alimentar?

SIM___ NÃO___

Se SIM, informar qual: _____

Bloco V – Anexos

Alguns materiais podem ser anexados neste Relatório, desde que contribuam para registrar, informar e contextualizar a Etapa, dentre eles:

Fotos

Links de reportagens

Documentos de apoio e de divulgação (textos, cartilhas, folders, cartazes, etc)

Regimento Interno